

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2022 – N.º 20/2022 - MANDATO 2021 – 2025

--- Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

--- A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte: -----

Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 28 de outubro de 2022 – N.º 19/2022 – Mandato 2021 – 2025. Para Deliberação. -----

Ponto 02 – Proposta de Colaboração – Colónia Balnear 2022 – CRIAL. Para Deliberação. -----

Ponto 03 – Proposta de apreciação e submissão à Assembleia Municipal da aprovação do exercício de competências específicas no domínio da Ação Social pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Para Deliberação. -----

Ponto 04 – Proposta de aprovação da celebração de Protocolo entre o “Município de Alpiarça”, o “Projeto Esperança” e a “Cáritas Diocesana de Santarém” e aprovação de minuta. Para Deliberação. -----

Ponto 05 – Proposta de Aprovação de Minuta de Contrato de Comodato a Celebrar entre o Município de Alpiarça e o Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português. Para Deliberação. -----

Ponto 06 – Proposta de Atribuição de Subsídio ao Agrupamento de Escuteiros de Alpiarça. Para Deliberação. -----

Ponto 07 - Proposta de Protocolo Câmara Municipal de Alpiarça e Fundação José Relvas. Para Conhecimento. -----

Ponto 08 – Medidas de Poupança de Energia para a Lezíria do Tejo. Para Conhecimento. -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO -----

--- A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, eram nove horas e cinquenta e um minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, com um total de disponibilidades de 1.305.212,83 euros (um milhão, trezentos e cinco mil, duzentos e doze euros e oitenta e três cêntimos). -----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos Vereadores. -----
--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que ia apresentar as propostas da CDU para o Orçamento de 2023, com base no Estatuto de Direito de Oposição e também no dever de enviar contributos para o orçamento, no sentido do Executivo avaliar a pertinência das mesmas e se possível a sua integração. Realçou alguns aspetos que foram propostos: a elaboração de projetos técnicos para a implementação de uma creche pública no Concelho; o desenvolvimento do programa de apoio ao movimento associativo, para substituição de lâmpadas e projetores nas Associações e Coletividades do Concelho; a concretização do projeto do Parque de Autocaravanas, com financiamento definido; a criação do Centro Interpretativo da Fauna e Flora da Reserva Natural Local do Paul da Goux; a criação do Centro Interpretativo de Estações Arqueológicas de Alpiarça; a criação de um Programa Municipal de Ocupação Jovem; a construção de um parque de desportos radicais, com a prevalência de equipamentos na modalidade Skate; a aquisição de terrenos na zona industrial de Alpiarça, de forma a desenvolver ou ampliar a mesma, e a reabilitação do edifício do quartel dos Bombeiros

ATA N.º 20/2022 RC 10 NOVEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

Municipais e da Sociedade Filarmónica Alpiarcense. Questionou qual era o ponto de situação da Comissão de Desenvolvimento do Património do Concelho de Alpiarça, que integrava um conjunto de figuras ilustres na área do património e se tinha tido algum desenvolvimento. Questionou ainda, qual era o ponto de situação da Colónia Balnear da Nazaré, que fazia parte da Comunidade Intermunicipal e se tinha tido algum desenvolvimento. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes, e referiu que alguns munícipes se queixavam da falta de privacidade no atendimento do Balcão Único. Mencionou, que um munícipe tinha ido tratar de um assunto relacionado com a compra de um terreno, e todas as pessoas que se encontravam no local tinham tido conhecimento daquela situação, sendo que o funcionário que tratava dos assuntos das obras, tinha que se deslocar do Gabinete Técnico, porque não estava em permanência e, portanto, se a intenção era agilizar e concentrar o atendimento, o mesmo não estava a funcionar da melhor forma. -----

--- Interveio a senhora Presidente referindo que, relativamente às propostas apresentadas pela CDU para o Orçamento de 2023, o Executivo tinha feito chegar às forças políticas com representação no Concelho e ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, a solicitação de envio de propostas para o orçamento, sendo que as únicas propostas recebidas tinham sido as apresentadas pela CDU. Relativamente a algumas questões que o senhor Vereador João Pedro Arraiolos tinha abordado, disse que havia um conjunto que estava em execução, como por exemplo o Parque de Autocaravanas, que tinha sofrido uma reprogramação, em virtude de haver uma alteração do local de implantação do projeto e da dimensão do projeto e, portanto, estavam apenas a aguardar que o Turismo de Portugal fizesse a aceitação dessa reprogramação, para darem início aos procedimentos com vista à concretização da obra. Relativamente ao Centro Interpretativo do Paul da Goucha, explicou que o Município se tinha candidatado em dezembro passado, a um projeto da rede de zonas húmidas da REWET, que tinha sido aprovado e estava em execução, e tinha também uma parte de recuperação da flora, bem como uma parte relativa ao centro interpretativo, sendo que tinham também submetido duas candidaturas ao Interreg, com vista a obterem apoio na área do Turismo Sustentável e na Sustentabilidade Ambiental. Relativamente ao Centro Interpretativo para Arqueologia, frisou que era necessário ter uma carta arqueológica, identificar de modo formal e institucional os vários pontos de interesse arqueológico e, posteriormente organizá-los em termos de circuito visitável. Relativamente ao próximo orçamento, salientou que havia uma preocupação com o aumento brutal das despesas da energia e dos combustíveis e, portanto, o Executivo pretendia avançar com um conjunto de projetos que fossem substancialmente apoiados por fontes de financiamento, e não só pelos meios próprios do Município que

ATA N.º 20/2022 RC 10 NOVEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

obviamente não eram suficientes. Relativamente à aquisição de terrenos na zona industrial, explicou que tinham avançado com um projeto de aquisição de terrenos e estavam a aumentar a zona de abrangência do próprio parque. Disse ainda, que era muito importante reorganizar a zona industrial e fazer cumprir o regulamento, ou seja, todos os lotes que estavam devolutos e em violação do regulamento, teriam que ser objeto de um processo de reversão ou uma negociação com os proprietários, de modo, a que ficassem disponíveis para empresas e entidades que se queiram instalar para desenvolverem uma atividade. Relativamente à Comissão de Desenvolvimento do Património do Concelho de Alpiarça, referiu que não tinha tido quaisquer reuniões, nem tinha havido qualquer desenvolvimento, sendo que a intenção era retomar o seu funcionamento e preparar as Comemorações do Cinquentenário do 25 de abril. Referiu, que o Município se tinha associado à Comissão Nacional e estava em preparação um conjunto de atividades, para o ano de 2024 e que culminariam no Cinquentenário do 25 de abril de 1974. Disse, também que, existia um conjunto de personalidades e de entidades, que estavam representadas naquela Comissão e que tinham demonstrado interesse em participar, e por isso, era sua intenção começar a trabalhar no sentido de preparar um calendário de comemorações, de atividades e de eventos. Quanto à Colónia Balnear da Nazaré, frisou que o ponto de situação era exatamente o mesmo desde a última informação, ou seja, não tinha havido nenhuma reunião, nem nenhum desenvolvimento, porque a situação com a própria Câmara Municipal da Nazaré tinha que ser resolvida e ultrapassada, porque aquela era uma infraestrutura com grande importância para os municípios da Comunidade Intermunicipal. Relativamente ao Balcão Único, salientou que o mesmo visava concentrar os serviços públicos e facilitar o acesso das pessoas à informação, uma vez que, estava concentrado num único ponto. Disse, que tinha havido a preocupação de estabelecer condições de privacidade, designadamente no que dizia respeito ao atendimento da Ação Social. No que respeitava às aquisições de terrenos ou de outros assuntos relacionados com as obras, explicou que não existia em permanência um elemento do serviço de obras no Balcão Único, mas era um objetivo que pretendiam cumprir rapidamente, no entanto, iria avaliar com o responsável do Balcão Único e tentar encontrar uma solução, que permitisse alguma privacidade, bem como a possibilidade de introduzir algumas barreiras. -----

--- Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

--- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

--- Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 28 de outubro de 2022 – N.º 19/2022 – Mandato 2021 – 2025. -----

ATA N.º 20/2022 RC 10 NOVEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 28 de outubro de 2022 – N.º 19/2022 – Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade, depois das alterações efetuadas. -----

--- **Ponto 02 – Proposta de Colaboração – Colónia Balnear 2022 – CRIAL.** -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu explicou, que o Centro de Reabilitação e Integração de Almeirim (CRIAL) era uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que dava resposta às necessidades das crianças e jovens com problemas e deficiências. Referiu, que o CRIAL desenvolvia muitas atividades, nomeadamente a colónia balnear que tinha um custo de cerca de €360,60 por utente, sendo que na última colónia tinham estado presentes três utentes residentes de Alpiarça, pelo que dando resposta a uma solicitação por parte do CRIAL, propunha que a Câmara deliberasse aprovar a atribuição de um subsídio no montante de €540,90, que correspondia a 50% do encargo, relativamente aos beneficiários residentes em Alpiarça. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que era uma situação que se verificava havia vários anos, sendo que até existia um protocolo com utilização de reserva para os utentes da CRIAL. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Colaboração – Colónia Balnear 2022 – CRIAL, foi aprovada por unanimidade.

--- **Ponto 03 – Proposta de apreciação e submissão à Assembleia Municipal da aprovação do exercício de competências específicas no domínio da Ação Social pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.**

--- A senhora Presidente referiu, que a transferência de várias competências das autarquias locais para as entidades intermunicipais, passava pela participação na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, pelo exercício das competências das plataformas supraconcelhias e pela elaboração de cartas sociais supramunicipais para a identificação de prioridade e respostas sociais a nível intermunicipal. Disse, que a transferência das competências para as entidades intermunicipais, dependia do prévio acordo dos municípios que as integravam, sendo que o acordo era da competência da Assembleia Municipal de cada um dos municípios que integravam a Entidade Intermunicipal. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que o que se estava a transferir era o que já existia a nível das superconcelhias, que eram convocadas pelo Instituto da Segurança Social, em termos de aprovação de projetos supraconcelhios, em que havia um parecer vinculativo. Referiu, que aquelas entidades eram as mesmas que integravam a plataforma supraconcelhia, mas simplesmente passavam a ser convocadas pela Comunidade Intermunicipal e, portanto, seria uma transferência de serviço

ATA N.º 20/2022 RC 10 NOVEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

e de esvaziamento da Autarquia. Manifestou ainda, a discordância em relação àquela transferência, e disse que se iria abster da votação, uma vez que, lhe parecia que iriam aumentar as assimetrias regionais e não propriamente a equidade de tratamento e de direitos de todos os cidadãos do País, independentemente dos seus territórios, como estava consagrado na Constituição. -----

--- **Deliberação:** A proposta de apreciação e submissão à Assembleia Municipal da aprovação do exercício de competências específicas no domínio da Ação Social pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, foi aprovada por maioria com duas abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos apresentou a seguinte declaração de voto: *“Os vereadores da CDU abstiveram-se neste ponto, essencialmente, por uma questão de coerência em relação a outras posições relacionadas com todo o processo de transferência de competências, que consideramos não ser benéfico para os cidadãos em geral, até porque o que se está a transferir de uma forma geral são tarefas e não competências, havendo a possibilidade até do aumento de despesa para os municípios, mas também de certa forma, aumentando as assimetrias regionais e criando uma desigualdade e uma falta de equidade como está considerado em termos da Constituição da República.”* -----

--- **Ponto 04 – Proposta de aprovação da celebração de Protocolo entre o “Município de Alpiarça”, o “Projeto Esperança” e a “Cáritas Diocesana de Santarém” e aprovação de minuta.** -----

--- A senhora Presidente referiu, que a proposta era a celebração de um protocolo entre o Município de Alpiarça, o Projeto Esperança – Cooperativa de Solidariedade Social e a Cáritas Diocesana de Santarém, ou seja, uma cooperação para a recolha seletiva de roupa usada com vista à sua reutilização e ou reciclagem. Disse, que os municípios dispunham de competências nos domínios da Ação Social e do Ambiente, nomeadamente, a gestão dos resíduos sólidos urbanos produzidos no seu território, bem como, o apoio a atividades de natureza social em parceria com entidades da administração central e outras instituições, sendo que, no plano ambiental e social se justificava por parte do Município, a implementação de sistemas de reaproveitamento e reciclagem dos resíduos produzidos na área do Município, com vista à preservação também do meio ambiente e dos recursos naturais. Referiu, que naquela gama de resíduos sólidos se destacava a produção de resíduos cada vez mais massiva, e como tal, o vestuário usado que os munícipes deixavam de utilizar e que tinha potencial para ser reaproveitado, ou para ser reciclado era importante e, portanto, era adequado estabelecer parcerias naquela área, quando se tratava de promover a consciencialização ambiental e gerar recursos destinados a apoiar as populações carenciadas. Mencionou, que o Projeto Esperança - Cooperativa de Solidariedade Social e a Cáritas Diocesana de Santarém, estavam a desenvolver no Concelho um projeto denominado Projeto Amigo, que se destinava à recolha de roupa

ATA N.º 20/2022 RC 10 NOVEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

usada mediante a colocação de contentores naquela área geográfica, nomeadamente, em espaço privativo das entidades aderentes e em espaço público, quando autorizado pelas autarquias. Frisou, que a produção de resíduos de vestuário se ia amontoando na sociedade de consumo, sendo que era objetivamente um problema, relativamente à gestão daquele tipo de resíduos e, portanto, o que se propunha era que a Câmara deliberasse aprovar a celebração de um protocolo e aprovasse a respetiva minuta, que visava sobretudo a autorização para a colocação de contentores até ao máximo de 20, especialmente adaptados e desenhados para a recolha de roupa, bem como isentar o pagamento das taxas municipais para a instalação dos mesmos, colaborar em ações de sensibilização, proceder à divulgação do objeto do protocolo, nomeadamente sobre os locais onde se encontravam instalados os contentores para a recolha da roupa e colaborar nas ações, seminários e conferências. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que também existia uma parceria com a Humana, e havendo uma reutilização do vestuário usado, isso seria sempre vantajoso, mas devia existir algum cuidado no enquadramento de todos os contentores em relação aos locais onde iriam ser colocados. -----

--- **Deliberação:** A proposta de aprovação da celebração de Protocolo entre o “Município de Alpiarça”, o “Projeto Esperança” e a “Cáritas Diocesana de Santarém” e aprovação de minuta, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 05 – Proposta de Aprovação de Minuta de Contrato de Comodato a Celebrar entre o Município de Alpiarça e o Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português.** -----

--- A senhora Presidente explicou, que o Agrupamento 1301 dos Escuteiros do Corpo Nacional de Escutas de Alpiarça, tinha a sua sede no Mercado Municipal, mas com a realização da reabilitação do Mercado, tinha havido a necessidade de retirar os ocupantes para permitir a realização das obras. Referiu, que aquela tipologia de associativismo juvenil era um fator que contribuía para o bem-estar, para a sociabilidade e para a participação cívica daqueles jovens, que integravam o Agrupamento, para além de proporcionar espaços de tolerância e de de convívio entre os seus associados, o que era também um contributo importante para o desenvolvimento daquelas crianças e jovens. Disse, que o Agrupamento 1301 tinha contribuído para a formação de jovens proporcionando condições para desempenharem um papel construtivo na sociedade, e que apesar de durante algum tempo não terem fisicamente um espaço definido ou cedido pelo Município, tinham mantido a sua atividade e a sua participação em organizações regionais e nacionais. Frisou, que o Município entendia que era necessário fazer a cedência de uma parte do edifício conhecido pela Escola das Faias, para os Escuteiros instalarem a sua sede e poderem desenvolver a sua atividade, uma vez que,

ATA N.º 20/2022 RC 10 NOVEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

existiam algumas salas disponíveis. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que aquela situação se arrastava havia algum tempo, devido à realização das obras no Mercado Municipal e, tinham sido apontadas algumas soluções, nomeadamente, as salas que estavam ocupadas pela Academia Sénior de Alpiarça (ASAL). Questionou, se tinham sido assegurados os interesses da ASAL relativamente à ocupação daquelas salas. ----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que em determinada altura, os Escuteiros não tinham aceitado as duas salas, porque seria pouco espaço, e também não tinham assinado a minuta, porque não tinham designado um membro do Agrupamento e, portanto, questionava se as duas salas agora já eram suficientes. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que sempre que queriam garantir uma sede ou um espaço a uma associação, tinham que ter um espaço com condições de dignidade para ser utilizado, e não podia ceder uma arrecadação, ou um espaço que estava completamente deteriorado, para ser utilizado para o desenvolvimento de uma atividade. Disse, que era preciso ter algum rigor, porque os edifícios iam envelhecendo e a manutenção muitas vezes não era feita e, portanto, cada vez vão tendo menos capacidade de albergar um conjunto de associações. Referiu, que a sua perspetiva era procurar adequar os espaços que estavam a ceder gratuitamente às associações e às atividades que ali eram desenvolvidas, procurando privilegiar as associações que desenvolviam efetivamente atividade. Relativamente à ASAL, explicou que aquela situação tinha sido objeto de reuniões com a mesma, de forma a garantir outras condições até porque a ASAL era uma secção do Clube Desportivo “Os Águias” e, portanto, as secções dos clubes desportivos tinham uma forma específica de trabalhar, designadamente quanto à garantia que o Clube devia dar relativamente ao seu alojamento. Referiu, que também tinha sido acordado com ASAL, a manutenção da sala de artes que tinham na Escola do Casalinho. Relativamente aos Escuteiros, explicou que procuraram várias soluções e entenderam que dada a dimensão do Agrupamento, bem como a dinâmica de atividades, se justificava encontrar um espaço onde pudessem efetivamente desenvolver aquela atividade sem grandes constrangimentos. Relativamente às duas salas, disse que o assunto tinha sido tratado com o Agrupamento, e que se mantinha por definir a utilização das duas salas superiores e, portanto, havia uma margem para avançar num sentido ou noutro, consoante o que definissem em termos futuros em relação àquelas duas salas. Relativamente à sua instalação, explicou que a Escola das Faias tinha sido a solução que tinha encontrado, de forma a agradar a ambas as partes mas, ainda não tinham recebido a indicação da identidade das pessoas que iam assinar o protocolo. Relativamente ao prazo da cedência e às cláusulas de salvaguarda, no caso do edifício ser necessário para outro fim, frisou que os Escuteiros queriam

ATA N.º 20/2022 RC 10 NOVEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

uma garantia de que teriam um sítio decidido pelo Município e, portanto, o prazo de cedência era de 4 anos. Relativamente às cedências gratuitas, disse que os Executivos deviam ter uma margem de liberdade, para poderem decidir ao longo do tempo sobre a ocupação que queriam dar aos edifícios, à relevância que atribuía às várias associações e ao seu trabalho. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Aprovação de Minuta de Contrato de Comodato a Celebrar entre o Município de Alpiarça e o Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português, foi aprovada por unanimidade. ----

--- **Ponto 06 – Proposta de Atribuição de Subsídio ao Agrupamento de Escuteiros de Alpiarça.** -----

--- A senhora Presidente explicou, que o Agrupamento tinha as suas instalações no Mercado Municipal, e em virtude da intervenção, tinha ficado impossibilitado de continuar a utilizar aquele local, onde tinham toda a sua estrutura, sendo que e durante aqueles anos não tinham conseguido encontrar um sítio cedido pelo Município, para desenvolverem a sua atividade, pelo que, devido ao mau acondicionamento, alguns materiais tinham ficado inoperacionais. Referiu, que o Município tinha considerado que era importante dar um apoio financeiro, que lhes permitisse adquirir materiais indispensáveis para o incremento das suas atividades, não colocando em causa o esforço que tinham vindo a desenvolver ao longo dos anos. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que aquelas dificuldades também tinham sido do seu conhecimento, e tinha havido um compromisso para com os Escuteiros, no sentido de se colmatar as adversidades que tinham tido naquele período. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Atribuição de Subsídio Agrupamento de Escuteiros de Alpiarça, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 07 – Proposta de Protocolo Câmara Municipal de Alpiarça e Fundação José Relvas.** -----

--- A senhora Presidente explicou, que o protocolo visava estender a possibilidade de realização de atividade física, desde muito cedo, às crianças que frequentavam o Centro Infantil da Fundação José Relvas, ou seja, a Fundação José Relvas era uma instituição sem fins lucrativos e única no Concelho, com valência de apoio às crianças. Referiu, que a promoção da atividade física, desde muito cedo, tinha sido uma preocupação do Município com projetos desenvolvidos naquela área, e que eram importantes para o crescimento saudável e para a criação de hábitos de vida salutar por parte das crianças. Disse, que o Município tinha entendido que todas as crianças do Centro Infantil da Fundação José Relvas deviam ter aulas de expressão física motora e, portanto, com aquele protocolo, o Município comprometia-se a criar condições humanas e materiais, para a prática de aulas de expressão física motora a todas as crianças que frequentavam o Centro Infantil. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da proposta de Protocolo Câmara Municipal de Alpiarça e

Fundação José Relvas. -----

--- **Ponto 08 – Medidas de Poupança de Energia para a Lezíria do Tejo.** -----

--- A senhora Presidente explicou, que a Comunidade Intermunicipal e o conjunto dos seus Municípios tinham entendido adotar um conjunto de medidas, que visavam a promoção de um uso eficaz e racional dos recursos energéticos, de modo a obter algumas poupanças. Disse, que o Conselho da Aliança integrava a Comunidade e dado que aquelas medidas tinham sido aprovadas por unanimidade, pelo conjunto dos Municípios e iriam ser aplicadas em todos os Municípios da comunidade, o Concelho de Alpiarça tinha entendido assumir aquelas medidas. Referiu, que o conjunto de propostas que estavam contidas naquelas medidas já estavam a ser desenvolvidas e implementadas, nomeadamente, a substituição das luminárias na via pública. Relativamente às medidas de eficiência energética para os edifícios públicos, referia que existia a candidatura a um projeto de eficiência energética, que incluía vários edifícios públicos, como o edifício dos Paços do Concelho, dos Bombeiros Municipais, das Piscinas Municipais, da Biblioteca e a Casa dos Patudos, sendo esse o conjunto de edifícios no qual estavam a fazer a certificação energética, para os candidatarem em sede de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a projetos de eficiência energética. Relativamente à redução do consumo de energia, disse que se previa uma transição para fontes de energia renovável, criando hábitos e disciplina nas pessoas, de forma a reduzir o consumo do ar condicionado e minimizar a utilização do gás natural para aquecimento das piscinas interiores. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que aquelas medidas eram importantes para a própria gestão das necessidades energéticas. Reforçou, que a opção da substituição da iluminação pública por LED a 100% no Concelho tinha constituído uma importante redução. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da proposta de Medidas de Poupança de Energia para a Lezíria do Tejo. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**-----

--- Não houve intervenção do público, uma vez que, não se encontrava público presente na sala. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 11h10m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

ATA N.º 20/2022 RC 10 NOVEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.